



BREVE RELATO SOBRE O DESENVOLVIMENTO POLÍTICO, A IDEIA
DESENVOLVIMENTISTA E A EDUCAÇÃO NA REPÚBLICA PÓS-DITADURA MILITAR,
ATÉ O GOVERNO DE DILMA ROUSSEFF

A BRIEF REPORT ON POLITICAL DEVELOPMENT, DEVELOPMENTALIST IDEA AND EDUCATION
IN THE POST-DICTATORSHIP REPUBLIC, UNTIL THE GOVERNMENT OF DILMA ROUSSEFF

Rodrigo Regert¹
<https://orcid.org/0000-0001-6416-0044>
Joel Haroldo Baade²
<https://orcid.org/0000-0001-7353-6648>
Everaldo da Silva³
<https://orcid.org/0000-0002-4994-4964>

Recebido em: 23 maio 2022
Aceito em: 14 jun. 2022

Como citar este artigo: REGERT, R.; HAROLDO BAADE, J.; DA SILVA, E. BREVE RELATO SOBRE O DESENVOLVIMENTO POLÍTICO, A IDEIA DESENVOLVIMENTISTA E A EDUCAÇÃO NA REPÚBLICA PÓS-DITADURA MILITAR, ATÉ O GOVERNO DE DILMA ROUSSEFF: A BRIEF REPORT ON POLITICAL DEVELOPMENT, DEVELOPMENTALIST IDEA AND EDUCATION IN THE POST-DICTATORSHIP REPUBLIC, UNTIL THE GOVERNMENT OF DILMA ROUSSEFF. **Revista Visão: Gestão Organizacional**, Caçador (SC), Brasil, v. 11, n. 1, p. 135-157, 2022. DOI: 10.33362/visao.v11i1.2838. Disponível em: <https://periodicos.uniarp.edu.br/index.php/visao/article/view/2838>.

Resumo: Foi e continua sendo muito comum a discussão sobre o desdobramento político na República Pós-Ditadura Militar até o governo de Dilma Rousseff, assim como a ideia desenvolvimentista e a educação nesse período. No entanto, a discussão sobre esses três

¹ Mestre em Desenvolvimento e Sociedade pela Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP). Mestre em Educação pela Universidad Tecnologica Intercontinental (UTIC). Docente do Estado de Santa Catarina. E-mail: regert.rodrigo@gmail.com.

² Doutor em Teologia pela Escola Superior de Teologia (EST). Docente e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Sociedade e do Programa Profissional em Educação da UNIARP. E-mail: baadejoel@gmail.com.

³ Graduado em Ciências Sociais (FURB) e Processos Gerencias (METODISTA). Mestre em Desenvolvimento Regional (FURB). Doutor em Sociologia Política (UFSC). Professor e Pesquisador. E-mail: prof.evesilva@gmail.com.

pontos, que se relacionam mutuamente, merece uma atenção especial e não se encerra. Isso exatamente por essa relação nem sempre ser explícita e evidente e, justamente por esse motivo, precisa continuamente ser revisada e reanalisada. Para isso, o presente artigo tem como objetivo revisar a associação estabelecida no aspecto político, desenvolvimentista e educacional na República Pós-Ditadura Militar até o governo de Dilma Rousseff. Quanto à metodologia, a pesquisa foi de natureza básica e utilizou-se do método descritivo. O procedimento técnico utilizado foi o bibliográfico. Concluiu-se que a educação passou a ser pensada não apenas como uma política de governo, embora de forma muito tímida ainda, mas sim de nação, particularmente se reportando ao governo de Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, onde foram pensadas ações educacionais de longo prazo, bem como uma significativa participação social.

Palavras-Chave: Desenvolvimento político. Ideia desenvolvimentista. Educação. República.

Abstract: It was and is still very common to discuss the political unfolding in the post-military dictatorship until the government of Dilma Rousseff, as well as the developmentalist idea and education in that period. However, the discussion of these three points, which relate to each other, deserves special attention and does not end. That is exactly because this relationship is not always explicit and obvious, and precisely for this reason, must continually be reviewed and re-analyzed. For this, the present article aims to review the association established in the political, developmentalist and educational aspects in the Post-Military Dictatorship Republic until the government of Dilma Rousseff. As for the methodology, the research was of a basic nature and the descriptive method was used. The technical procedure used was bibliographical. It was concluded that education began to be thought of not only as a policy of government, although in a very timid way, but of a nation, particularly referring to the government of Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva and Dilma Rousseff, where long-term educational actions were considered, as well as significant social participation.

Keywords: Political development. Developmentalist idea. Education. Republic.

INTRODUÇÃO

A República Pós-ditadura Militar é um período que se inicia no ano de 1985 e perdura até a atualidade. Para efeito de análise, esse artigo tratará apenas do início da ditadura até o governo da Presidente Dilma Rousseff, cujo fim se deu em 2016.

Esse período foi marcado pela busca da liberdade e expressão dos indivíduos que acabavam de sair de uma ditadura militar, quando era proibido se expressar abertamente.

Diante disso tudo, a temática proposta no presente artigo é muito pertinente e necessita ser revisada constantemente para que não caia no esquecimento. Foi pensando nisso que o artigo foi escrito, tendo como objetivo revisar a associação estabelecida entre os aspectos político, desenvolvimentista e educacional durante a República Pós-Ditadura Militar até o governo da Presidente Dilma Rousseff.

Pensando em discutir e entender melhor essa situação, o artigo foi planejado em três momentos. Inicialmente, abordam-se aspectos que resgatem informações sobre como ocorreu o desdobramento político da República Pós-Ditadura Militar até o governo da Presidente Dilma Rousseff. Em seguida, levantam-se dados sobre o que cada governo entendia por desenvolvimento. E, para finalizar, mencionam-se as ações implantadas na área educacional durante esse período.

Quanto à metodologia, essa pesquisa é de natureza básica e utilizou-se do método descritivo. O procedimento técnico foi o bibliográfico.

O DESENVOLVIMENTO POLÍTICO NA REPÚBLICA PÓS-DITADURA MILITAR ATÉ O GOVERNO DE DILMA ROUSSEFF

Com o término da Ditadura Militar, no ano de 1985, o Presidente eleito, Tancredo Neves, não chegou a assumir o cargo. José Sarney, seu vice, é quem assumiu a presidência. O Presidente Sarney era ex-parlamentar da Arena, mas havia se desligado e foi seu governo que marcou o fim do regime militar, iniciando uma nova fase na História do Brasil (SERIACOPI; SERIACOPI, 2005).

Dessa forma, de acordo com Moraes (2003, p. 459), “a luta pelo restabelecimento da ordem democrática exigia, sobretudo, a reformulação do Estado por meio de uma nova Constituição”. Em decorrência disso, foram convocadas, em 1986, as eleições para elegerem parlamentares com a finalidade de elaborar a nova Constituição.

A Assembleia Constituinte se reuniu pela primeira vez em fevereiro de 1987 e encerrou seus trabalhos em outubro de 1988, logo após um processo de debates, pressões e discussões que resultou na Constituição de 1988 (MORAES, 2003).

No dia 5 de outubro de 1988, o então Presidente da Assembleia Constituinte, Ulysses Guimarães, declarou promulgada a nova Constituição Brasileira, qualificando-a de Constituição Cidadã (COSTA; MELLO, 1999).

O governo do Presidente José Sarney iniciou em 15 de março de 1985 e durou até 15 de março de 1990, quando, em 1989, 29 anos após a última eleição direta para Presidente, os brasileiros voltaram às urnas para eleger seu sucessor, sendo que 22 candidatos estavam disputando o cargo (SERIACOPI; SERIACOPI, 2005).

O governo peemedebista lançou seu então mais destacado político contra a ditadura militar, Ulysses Guimarães, mas, com o grande desgaste do partido, sua votação foi inexpressiva (MORAES, 2003). A disputa principal restringiu-se a três candidatos: Fernando Collor de Mello, do Partido da Renovação Nacional (PRN), Luís Inácio Lula da Silva, do PT, e Leonel Brizola, do PDT (COSTA; MELLO, 1999).

O desejo de mudança da população era tanta que levou ao segundo turno dois relativamente jovens políticos, Fernando Collor de Mello e Luís Inácio Lula da Silva, sendo Collor o vitorioso com 42,75% dos votos contra 37,86% de Lula (MORAES, 2003).

O Presidente Collor governou de 15 de março de 1990 até 30 de dezembro de 1992, quando renunciou, pois, em abril de 1992, seu irmão, Pedro Collor, denunciou para a imprensa que Paulo César Farias, tesoureiro da campanha do então presidente, que era o responsável pela cobrança de propina a empresários e, entregava 70% do valor a Collor (SERIACOPI; SERIACOPI, 2005).

Revoltada com as denúncias de corrupção, a população foi às ruas e exigiu uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurá-las e, ao confirmar o envolvimento do presidente, passou a exigir o seu *impeachment*⁴ (MORAES, 2003).

O grupo que mais se destacou nesse período foi o “caras-pintadas”, que eram jovens estudantes mobilizados pela UNE que, ao saírem às ruas, pintavam o rosto nas cores da bandeira brasileira (SERIACOPI; SERIACOPI, 2005).

Pressionado pela opinião pública às vésperas das eleições municipais, o Congresso Nacional, em 29 de setembro de 1992, numa sessão histórica, decidiu pelo afastamento de Collor do cargo de presidente, enquanto se apuravam os fatos e se ouviam os envolvidos. Isolado politicamente e sem conseguir provar sua inocência, Fernando Collor renunciou à presidência em 30 de dezembro de 1992 (COSTA; MELLO, 1999, p. 399).

Com o afastamento do Presidente Collor, o seu vice, Itamar Franco, assumiu a Presidência interinamente, com o apoio de todos os partidos políticos e, em dezembro do mesmo ano, assumiu definitivamente o cargo (COSTA; MELLO, 1999).

O novo Presidente, Itamar Franco, procurando resolver uma questão política pendente da Constituição de 1988, realizou, em abril de 1993, um plebiscito para saber se a vontade popular era de ter um país republicano ou monárquico, e ainda, se republicano, qual seria o seu regime, presidencialista ou parlamentarista (PEDRO; LIMA; CARVALHO, 2005). O resultado do plebiscito foi o atual regime que o país vivencia, “A maioria dos brasileiros escolheu o sistema republicano e o regime presidencialista” (PEDRO; LIMA; CARVALHO, 2005, p. 517).

Após o plebiscito, o Presidente Itamar Franco nomeou Fernando Henrique Cardoso (FHC) para Ministro da Fazenda, que em seguida se candidatou a Presidente da República, no ano de 1994, pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). A candidatura contou com o apoio do Partido da Frente Liberal (PFL) e de alguns outros membros de partidos. FHC se elegeu

4 Impeachment é uma palavra de origem inglesa que significa "impedimento" ou "impugnação", utilizada como um modelo de processo instaurado contra altas autoridades governamentais acusadas de infringir os seus deveres funcionais. Dizer que ocorreu impeachment ao Presidente da República, significa que este não poderá continuar exercendo as suas funções políticas (SIGNIFICADOS, 2018).

ainda no primeiro turno, com 55% dos votos, tendo como principal opositor Luís Inácio Lula da Silva, do PT, com 27% (SERIACOPI; SERIACOPI, 2005).

FHC assumiu a Presidência no dia primeiro janeiro de 1995 e governou até dezembro de 2002. Devido o sucesso do Plano Real e o prestígio político de sua formação acadêmica, o governo brasileiro passou a ter respeito e reconhecimento internacional (COSTA; MELLO, 1999). O Presidente FHC se empenhou também em aprovar emendas na Constituição, diminuindo o mandato de cinco para quatro anos e permitindo a sua candidatura à reeleição para presidência (MORAES, 2003). Foi devido a isso que ele pôde se reeleger Presidente e permanecer por oito anos no cargo, pois havia recebido apoio do mundo das finanças internacionais e nacionais (PEDRO; LIMA; CARVALHO, 2005).

Dessa forma, em 1998, O Presidente FHC iniciou seu segundo mandato, apoiado novamente pelo seu partido, PSDB, e o PFL e tendo mais uma vez como principal opositor o candidato Lula do PT, que saiu mais uma vez derrotado ainda no primeiro turno (MORAES, 2003).

Dando continuidade, nas eleições de 2002, o PFL não apoiou mais o PSDB e, na tentativa de lançar sua própria candidatura, acabou dividindo-se em várias candidaturas da situação e da oposição (MORAES, 2003).

O PSDB aproximou-se do PMDB e, mesmo estando enfraquecido, José Serra, candidato que representava a continuidade, chegou ao segundo turno com Lula, candidato do PT, que tinha como vice, José de Alencar, do Partido Liberal (PL), vencendo e assumindo a Presidência no ano de 2003 (MORAES, 2003).

Em primeiro de janeiro de 2003, Luiz Inácio Lula da Silva, do PT, chegou à Presidência e ficou em seu primeiro mandato até primeiro de janeiro de 2007. A transição do governo do Presidente FHC para o Presidente Lula, seu opositor, foi de forma tranquila e gerou muita expectativa na sociedade brasileira (MORAES, 2003).

Pela primeira vez na história do país, com a posse de Lula, a Presidência da República era entregue a uma pessoa oriunda dos meios operários e não das elites. Mais do que isso, pela primeira vez, a população elegeu um candidato de esquerda para conduzir os rumos da nação, fato que atemorizou os grupos mais conservadores da sociedade (SERIACOPI; SERIACOPI, 2005, p. 525).

Nos seus dois primeiros anos de Presidente, Lula consolidou fortemente a posição de liderança que o país deveria exercer na América do Sul, mediante os aspectos econômicos e políticos (SERIACOPI; SERIACOPI, 2005). De modo geral, em seu primeiro mandato, o Presidente Lula teve mais problemas no aspecto político com a ala mais esquerda do próprio partido governista, tanto é que importantes representantes políticos do PT foram expulsos pelo diretório nacional, dentre eles: a senadora Heloísa Helena, os deputados João Batista, conhecido como Babá e João Fontes, além da deputada Luciana Genro (CAMPOS; CLARO,

2013).

No final de seu primeiro mandato, estourou um grande escândalo de propina. Nesse período, a política de composição com setores de centro-direita que oferecera governabilidade no Congresso Nacional, fora acompanhado por um esquema de propinas destinado a deputados e senadores com o objetivo de alinhá-los com o governo. Esse episódio ficou conhecido como o mensalão⁵ (CAMPOS; CLARO, 2013).

Em 2006, o Presidente Lula concorreu à reeleição e se elegeu com 60% dos votos, contra 39% do candidato Geraldo Alckmin, da coligação PSDB-PFL, mesmo com o escândalo do mensalão. Neste cenário, o Presidente Lula assumiu o segundo mandato em primeiro de janeiro de 2007 e governou até primeiro de janeiro de 2011. Em agosto de 2007, com o desdobramento do mensalão, os principais líderes do partido, do primeiro para o segundo mandato do Presidente Lula, foram afastados de postos governamentais, dentre eles: José Dirceu e Antônio Palocci (VICENTINO; DORIGO, 2013).

É importante ainda ressaltar que, embora o desgaste político do PT e do Presidente Lula tenha sido grande, ele não perdeu o seu mandato como ocorrera com o Presidente Collor, por três motivos.

Lula costurou uma ampla base de apoio em torno de partidos de centro-esquerda com o PMDB (ou maioria desse partido) e outros de centro-direita (PL, denominado PR após a fusão com o direitista PRONA) e PP (ex-ARENA e PDS, principal base política de sustentação da ditadura militar). [...] o escândalo aflorou no final do primeiro

5 O escândalo do mensalão foi a crise de maior repercussão do primeiro mandato do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O estopim da crise ocorreu em maio de 2005, quando um funcionário dos Correios, Maurício Marinho, foi flagrado recebendo propina de empresários. Apadrinhado do então deputado federal Roberto Jefferson (PTB), Marinho passou a ser alvo de investigações. E Jefferson foi acusado de fazer parte do esquema de corrupção dos Correios. Abandonado pelo governo e se sentindo acuado, Jefferson concedeu uma entrevista em junho de 2005 denunciando a compra de votos dos parlamentares no Congresso Nacional.

O esquema consistia em pagar regularmente aos deputados aliados com uma quantia em dinheiro – de acordo com Jefferson, R\$ 30 mil por mês – para que eles aprovassem as matérias em tramitação no Congresso que fossem a favor do governo Lula.

A mesada seria paga pelo tesoureiro do PT, Delúbio Soares. Outro operador do mensalão era o empresário Marcos Valério de Souza. Proprietário de duas agências de publicidade, a SMP&B e a DNA Propaganda, ele receberia depósitos destinados ao PT, o que servia de fachada para ocultar doações irregulares de campanha eleitoral.

O esquema funcionava da seguinte maneira: para esconder o caixa-dois da campanha do PT, empresas que faziam doações ao partido tinham os valores repassados diretamente para uma das empresas de Marcos Valério, que era responsável por ocultar as irregularidades. Para justificar a saída de dinheiro para o PT, o publicitário contraía empréstimos bancários junto ao BMG, ao Banco Rural ou ao Banco do Brasil e entregava o dinheiro à base aliada do governo ou ao próprio PT. Como o dinheiro dos doadores era depositado diretamente na conta de suas empresas, Marcos Valério quitava os empréstimos com esses valores.

No auge do escândalo, parlamentares decidiram criar a CPI do Mensalão, que durou 120 dias e terminou em pizza, uma vez que o relatório final do caso não foi votado. O esquema derrubou o então ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, o presidente do PT, José Genoíno, Delúbio Soares e outros assessores do Partido dos Trabalhadores. Apesar disso, o então deputado Ibrahim Abi-Ackel (PP-MG), relator da comissão, concluiu que houve distribuição de recursos ilegais a parlamentares. "Houve recebimento de vantagens indevidas por parlamentares e dirigentes partidários com periodicidade variável, mas constante entre 2002 e 2003. Chame-se a isso mensalão quem quiser; chame-se a isso quinquênio quem quiser; chame-se a isso semanão quem quiser" (GALLI, 2017).

mandato [...] a oposição optou pelo julgamento das urnas. [...] os indicadores econômicos e sociais brasileiros eram extremamente positivos. A economia crescia significativamente, e ocorria uma distribuição de renda também marcante (CAMPOS; CLARO, 2013, p. 262).

Mesmo diante de tudo isso, a imagem do Presidente Lula permaneceu em grande parte intocada, porém ocorreram várias derrotas eleitorais significativas em cidades como São Paulo e Porto Alegre (VICENTINO; DORIGO, 2013).

Com isso, já perto do final de seu segundo mandato, no início de 2009, o Presidente Lula ostentava mais de 82% de aprovação entre os brasileiros, atingindo assim um recorde histórico de popularidade de um Presidente da República desde que ocorrera o fim da ditadura militar (CAMPOS; CLARO, 2013).

Desse modo, o Presidente Lula encerrou seu governo e conseguiu eleger sua sucessora, Dilma Rousseff. A Presidenta Dilma foi Ministra das Minas e Energia no início do governo de Lula e, em seguida, assumiu a chefia da Casa Civil no ano de 2005, quando José Dirceu foi afastado. Era formada em economia e pouco conhecida no país, uma vez que nunca havia participado de qualquer campanha eleitoral como candidata. No entanto, graças ao empenho do Presidente Lula na campanha dela para a Presidência no ano de 2010, Dilma se elege pelo PT, vencendo José Serra, do PSDB, no segundo turno, com 43% dos votos (VICENTINO; DORIGO, 2013).

O Brasil elegia uma ex-guerrilheira vinculada à VPR (Vanguarda Popular Revolucionária) e ex-presa política que havia sido torturada durante a ditadura. É também a primeira mulher a ocupar o cargo máximo da República (CAMPOS; CLARO, 2013, p. 265).

Dilma assumiu a Presidência em primeiro de janeiro de 2011 e encerrou seu primeiro mandato em 31 de dezembro de 2014. A Presidente Dilma Rousseff teve como vice, Michel Temer, do PMDB. E graças à maioria parlamentar, conseguiu dar continuidade à política do ex-presidente Lula, superando inclusive seu próprio índice de popularidade após um ano de governo, que era de 42% de aprovação, enquanto que no seu governo passou para 59%, e do próprio Presidente FHC, com 41% (CAMPOS; CLARO, 2013).

A imagem da Presidenta Dilma na frente da Presidência da República tinha ao mesmo tempo a aparência de novidade e afastamento de lideranças envelhecidas e desgastadas, mas, mesmo assim, o episódio do Mensalão e o prolongamento do exercício do poder acabaram descaracterizando o PT como um partido diferente dos demais (VICENTINO; DORIGO, 2013).

Foi nesse clima que, no ano de 2014, a então Presidenta Dilma Rousseff, se candidatou à reeleição, tendo novamente Michel Temer do PMDB como vice. A Presidenta Dilma venceu Aécio Neves, do PSDB, no segundo turno, depois de uma disputa acirrada por 51,65% dos votos apurados contra 48,35% (ELEIÇÕES, 2016).

A Presidenta Dilma assumiu o segundo mandato em primeiro de janeiro de 2015 para governar por mais quatro anos. No entanto, escândalos de corrupção por membros que faziam parte de seu governo acabaram sendo investigados na operação Lava Jato.

A operação Lava Jato é a maior investigação de corrupção e lavagem de dinheiro que o Brasil já teve. Estima-se que o volume de recursos desviados dos cofres da Petrobras, maior estatal do país, esteja na casa de bilhões de reais. Soma-se a isso a expressão econômica e política dos suspeitos de participar do esquema de corrupção que envolve a companhia (MPF, 2016).

Devido a essa operação, a Presidenta Dilma sofreu um grande desgaste político em seu governo. A isso se somou à denúncia das “pedaladas fiscais”, entendidas como manobras contábeis que tinham o objetivo de melhorar o resultado das contas públicas (BBC, 2016).

Devido a isso, a Presidenta Dilma Rousseff sofreu processo de *impeachment* em 31 de julho de 2016. Com isso, quem assumiu definitivamente foi seu vice, Michel Temer (AGÊNCIASENADO, 2016).

A IDEIA DESENVOLVIMENTISTA NA REPÚBLICA PÓS-DITADURA MILITAR ATÉ O GOVERNO DE DILMA ROUSSEFF

O governo do Presidente José Sarney herdou um país com graves problemas estruturais que impossibilitavam o desenvolvimento e, como consequência, prejudicava a competitividade do país no mercado mundial (SERIACOPI; SERIACOPI, 2005). O Brasil, economicamente, passou por graves crises com altíssimos índices de inflação anuais, algo próximo a 1.000% ao ano, além da queda de reservas cambiais, que acabou fazendo com que o país solicitasse a suspensão temporária do pagamento aos credores estrangeiros (COSTA; MELLO, 1999).

O Presidente José Sarney, para enfrentar esse problema, um ano após o início de seu mandato, anunciou a adoção de um novo plano econômico, que provocou impacto imediato em toda a sociedade (SERIACOPI; SERIACOPI, 2005). Os Ministros da Economia, Dílson Funaro e João Sayad, apresentaram o Plano Cruzado, que tinha como propostas centrais a mudança da moeda (cruzeiro para cruzado), o congelamento de preços, gatilho salarial (aumento salarial de acordo com a inflação), e a decretação da moratória (suspensão do pagamento da dívida externa) (MORAES, 2003). O Plano Cruzado fez como um passe de mágica desaparecer a inflação, ganhando ampla aprovação da sociedade. No entanto, um ano depois, já deu sinal de fracasso, pois o congelamento dos preços não funcionava mais, uma vez que o governo não havia controlado o déficit público, tornando o consumo descontrolado (MORAES, 2003).

No final do ano de 1986, a inflação voltou a ameaçar, o que levou o governo a adotar o Plano Cruzado II, que era uma tentativa de contê-la. Foram descongelados os preços, ocorreu

aumento das tarifas públicas de vários produtos, como combustível, automóveis, etc., levando em seguida à demissão do Ministro Dílson Funaro (PEDRO; LIMA; CARVALHO, 2005). Em julho de 1987, o novo Ministro, Luiz Carlos Bresser-Pereira, implantou uma nova política de reajuste econômico, que novamente congelava preços e salários por tempo determinado, aumentou as tarifas públicas e continuou mantendo a moratória (MORAES, 2003). Este plano também falhou. No ano de 1989, Mailson da Nóbrega lançou um novo modelo econômico para o país, o chamado Plano Verão, mudando a moeda para o cruzado novo. No entanto, no final daquele ano, a inflação estava perto dos 2.000% no ano (PEDRO; LIMA; CARVALHO, 2005).

Dessa forma, Fernando Collor de Mello assume o país com uma inflação na casa dos 84% ao mês e com projeção de 5.000% no ano. No dia seguinte à sua posse, ele apresentou o Plano Collor, um conjunto de medidas econômicas cuja pretensão mais uma vez era combater a inflação (SERIACOPI; SERIACOPI, 2005).

Uma das primeiras medidas tomadas pelo Ministério da Economia foi o confisco de parte substancial do dinheiro depositado em contas correntes ou em investimentos bancários. Ao mesmo tempo, o governo iniciou uma política de privatização das empresas estatais, esperando, assim, atrair investimentos estrangeiros. Com o objetivo de cortar os gastos públicos, foram fechadas várias instituições estatais ligadas à cultura, como a Embrafilme e a Funarte, demitindo-se os funcionários. Com a isenção de impostos para a importação, o país começou a ser invadido por produtos estrangeiros, concorrendo com a indústria nacional. O plano apresentava sucesso: a inflação estava por volta de 12% no mês de junho de 1990 (PEDRO; LIMA; CARVALHO, 2005, p. 517).

Desse modo, adotando princípios neoliberais, o Presidente Collor abriu o mercado brasileiro aos produtos do exterior, o que fez com que a indústria nacional, defasada tecnologicamente, tivesse que se modernizar (SERIACOPI; SERIACOPI, 2005). A modernização havia sido tema da campanha de vários candidatos, mas foi Collor quem mais a defendia e, com isso, pretendia tornar o Brasil novo membro dos países chamados de Primeiro Mundo (PEDRO; LIMA; CARVALHO, 2005).

Embora o Presidente Collor tenha tomado medidas imediatas na tentativa de conter a inflação, em pouco tempo a instabilidade econômica voltou e, junto dela, veio também a instabilidade política, levando à substituição de vários ministros e à queda de sua popularidade (COSTA; MELLO, 1999). As privatizações também haviam sido bastante questionadas, desencadeando uma violenta reação de alguns setores da sociedade e, para piorar, surgiram as primeiras denúncias de corrupção do seu governo (COSTA; MELLO, 1999).

Em seguida, quem assume é Itamar Franco. Itamar é mais um Presidente a herdar o país com graves problemas econômicos. No mês de maio de 1993, ele nomeia para o Ministério da Fazenda, FHC, que lançou imediatamente um novo pacote anti-inflacionário, o Plano Real (SERIACOPI; SERIACOPI, 2005).

Diferente dos demais planos tomados, que procuravam resolver imediatamente o

problema da inflação, o Ministro FHC implantou o plano gradativamente, criando, somente no ano 1994, a nova moeda, conhecida como o cruzeiro real, com prazo de sobrevivência, e daí sim, após esse período, seria introduzida oficialmente a nova moeda, o real (MORAES, 2003).

Com o aparente sucesso do plano, houve a contenção da inflação, o aumento do poder aquisitivo e da capacidade do consumo, sobretudo nos setores de baixa renda, dando popularidade ao então Presidente Itamar Franco (COSTA; MELLO, 1999).

Após o governo do Presidente Itamar Franco, FHC inicia seu primeiro mandato. O Presidente FHC estava de olho no governo mexicano, pois os investidores estrangeiros, percebendo a fragilidade da economia do México, retiraram enormes somas de dinheiro do mesmo. Com isso, o Presidente aumentou os juros brasileiros e diminuiu a tributação sobre as aplicações estrangeiras no país, visando a manutenção dos investidores estrangeiros no Brasil (SERIACOPI; SERIACOPI, 2005).

A medida garantiu a manutenção no país do capital especulativo, no entanto, isso não gerava riqueza nem emprego, mas a moeda se manteve estável e a inflação permaneceu baixa, graças à continuidade da política neoliberal iniciada pelo Presidente Collor (SERIACOPI; SERIACOPI, 2005).

O Presidente FHC iniciou seu segundo mandato em janeiro de 1999 e se deparou com uma grave crise mundial, que se havia iniciado no começo de 1997. Com isso, a evasão do capital especulativo provocou desvalorização da moeda local em países como Tailândia, Indonésia etc., chegando à Rússia em 1998 e atingindo o Brasil no ano seguinte (SERIACOPI; SERIACOPI, 2005).

O governo imediatamente reagiu e decidiu acabar com a sobrevalorização do real, fazendo com que, nos anos seguintes, a economia brasileira ficasse estagnada, o desemprego aumentou e a violência urbana também (SERIACOPI; SERIACOPI, 2005). Em função disso, o governo teve que recorrer ao FMI para superar os déficits públicos com o aumento do dólar e teve que se comprometer a adotar uma série de medidas duras, dentre elas a ampliação do superávit primário e a diminuição do déficit público (MORAES, 2003).

No entanto, o plano de privatização continuava, pois fazia parte de uma política mais ampla de reforma e modernização do Estado, porém, não foi implantada plenamente, pois dependia também da aprovação do Congresso, embora tenha sido bem ampla (MORAES, 2003).

No ano de 2001, muito em função das privatizações e ainda por falta de planejamento, o Brasil enfrentou uma grave crise de energia, obrigando o governo a tomar medidas de racionamento de distribuição da eletricidade (SERIACOPI; SERIACOPI, 2005).

O Brasil tinha cerca de oitocentas empresas estatais, que correspondiam por 50% dos investimentos no país. No fim do governo FHC havia 320 empresas estatais. Para FHC, o dirigismo estatal era um enorme entrave para o desenvolvimento do país. O Estado deveria se concentrar em educação, saúde e assistência social. Os efeitos da atuação

do Estado na saúde e na educação ainda não estão sendo muito sentidos (PEDRO; LIMA; CARVALHO, 2005, p. 520).

Apesar disso, muitos avanços aconteceram nos dois mandatos do Presidente FHC. O real permitiu o aumento do consumo, melhorando os índices de desenvolvimento humano, a diminuição da pobreza, o aumento de renda, etc. (MORAES, 2003).

É nesse cenário que Luiz Inácio Lula da Silva assume a Presidência. No entanto, por ser a primeira vez que um operário chegou ao poder no Brasil, surgiu uma grande desconfiança no setor econômico. Dessa maneira, embora muito pouco tenha sido mudado na forma de governar inicial do Presidente Lula em relação ao Presidente FHC, a desconfiança se instalou no país. Com isso, “as grandes indústrias americanas e europeias preferem investir na China e na Índia a investir no Brasil” (PEDRO; LIMA; CARVALHO, 2005, p. 521).

É importante ainda ressaltar que a política econômica do novo Ministro do governo do Presidente Lula, Antônio Palocci, substituto de Pedro Malan, então Ministro do Presidente FHC, em nada se alteraram, inclusive porque Palocci contava com o apoio do Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, que havia sido eleito deputado pelo PSDB (MORAES, 2003).

Mesmo não tendo ocorrido mudança significativa nesse aspecto os investimentos estrangeiros caíram significativamente. A solução para manter aquecida a indústria nacional poderia ser o grande mercado interno brasileiro, no entanto, dos 170 milhões de habitantes nesse período, cerca de 30 milhões estavam excluídos do mercado formal e informal, pois sua renda era em torno de apenas R\$ 60,00 por mês (PEDRO; LIMA; CARVALHO, 2005, p. 521).

Devido a isso, o crescimento da economia dependia fundamentalmente da capacidade de consumo das pessoas que estavam fora do processo produtivo, sendo, portanto, necessário incluí-las no meio.

Por isso, a bolsa alimentação de R\$ 50,00 por mês, ofertada pelo governo Lula, tem um grande impacto social e dobra a capacidade de compra de cerca de 30 milhões de pessoas. Em parte, o programa Fome Zero, um dos projetos do governo, seria para favorecer o que se chama de segurança alimentar. O que se espera é que o programa realmente atenda às necessidades dos pobres (PEDRO; LIMA; CARVALHO, 2005, p. 521).

Dentro desta mesma linha, o Presidente Lula lançou o seu principal projeto de governo na área social, que iniciou em 2003, conhecido como “o Bolsa Família, baseado na transferência direta de recursos para famílias de baixa (ou nenhuma) renda” (VICENTINO; DORIGO, 2013, p. 267).

No início de 2010, segundo o Ministério do Desenvolvimento Social, o projeto atendia 12,5 milhões de famílias. Assumindo o compromisso de manter filhos na escola e respeitar, por exemplo, o calendário de vacinação de crianças, as famílias de baixa renda se tornavam aptas a receber um valor mensal de R\$ 22,00 a R\$ 200,00 (VICENTINO; DORIGO, 2014, p. 267-268).

Outro fator importante para o desenvolvimento do país foi o controle da inflação através da manutenção da alta da taxa de juros, em torno de 20% ao mês, permitindo a valorização do real em relação ao dólar, além de uma elevada taxa tributária (SERIACOPI; SERIACOPI, 2005). E de fato, a ideia de desenvolvimento voltada à prioridade social deu certo. Em 2004, o Produto Interno Bruto (PIB) do país crescera 5,2%, graças também às exportações que apresentaram recorde de superávits nos anos de 2004 e 2005 (SERIACOPI; SERIACOPI, 2005). Muito disso dera certo devido à manutenção dos acordos com o FMI referentes ao capital especulativo e o próprio pagamento da dívida externa (VICENTE; DORGIO, 2013). De acordo com Pedro, Lima e Carvalho (2005), o Presidente Lula afirmava que tinha consciência a respeito do seu papel no governo e que dependia dele para garantir o investimento e a segurança dos investidores, fossem eles, pequenos ou grandes, brasileiros ou ainda estrangeiros.

No entanto, muitos grupos de esquerda que apoiaram a candidatura de Lula passaram a questionar a condução da política econômica. Alguns chegaram a romper com o governo. Eles argumentavam que, uma vez no poder, o Presidente Lula adotou os mesmos princípios do neoliberalismo que o PT criticava no tempo em que se encontrava na oposição, e que os avanços na área social estavam muito aquém das expectativas geradas no início de seu mandato (SERIACOPI; SERIACOPI, 2005).

Mesmo assim, o salário mínimo teve um reajuste sempre acima da base em índices da inflação, proporcionando um aumento significativo do poder aquisitivo das pessoas (AZEVEDO; SERIACOPI, 2013). De modo geral, as ideias desenvolvimentistas do governo Lula proporcionaram ao país um grande crescimento econômico e social. O povo aumentou seu poder aquisitivo e as diferenças sociais foram reduzidas.

No entanto, a medida tomada pelo governo, juntamente com o aumento gradativo de municípios de 4.491, no ano de 1991, para 5.564, no ano de 2005, fez aumentar e muito as despesas da administração pública, gerando um grande déficit aos cofres.

Em 2006, estimaram-se em R\$ 420 bilhões as despesas da administração pública do setor federal, algo com 19,7% do PIB. Somando os gastos com as máquinas governamentais federal, estadual e municipal, bem como Executivo, Legislativo e Judiciário, chegou-se perto de 38% de tudo o que é produzido no país (VICENTINO; DORIGO, 2013, p. 267).

Mesmo com esse cenário, nos anos de 2008 e 2009, com o colapso imobiliário ocorrido nos Estados Unidos da América, o país viveu um clima de otimismo gerado pelo crescimento gerado em três anos anteriores. Isso independentemente do pequeno retrocesso do PIB em 2009, mas graças, sobretudo, à elevação do consumo pelas camadas populares. Para isso ocorrer, foi necessário manter o valor da moeda, o que acabou incentivando a economia a permanecer em pleno funcionamento (VICENTO; DORIGO, 2013).

Nesse cenário, o Presidente Lula encerra o seu segundo mandato e quem assume é

Dilma. A Presidenta Dilma manteve em grande parte as orientações desenvolvimentistas de seu antecessor, ou seja, estava muito voltada à prioridade social, distribuição de renda e a ampliação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Em 2011, o PAC entrou na sua segunda fase, com o mesmo pensamento estratégico, aprimorados pelos anos de experiência da fase anterior, mais recursos e mais parcerias com estados e municípios, para a execução de obras estruturantes que possam melhorar a qualidade de vida nas cidades brasileiras (PAC, 2016).

Quanto à distribuição de renda, apesar da concentração ter sido reduzida, ainda continuou sendo uma das mais elevadas do mundo. Embora o país, desde 2007, estivesse pertencendo ao grupo de países de alto desenvolvimento humano, ocupou em 2011, entre 184 nações, o 75º lugar, com índice 0,718 (AZEVEDO; SERIACOPI, 2013).

Enquanto um por cento da população (que representa cerca de 516 mil domicílios) detém 12,5 por cento de toda a riqueza no país, no outro extremo, os 50 por cento mais pobres (cerca de 28 milhões de residências) dividem entre si apenas 14,7 por cento dessa riqueza. Segundo cálculo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o que um cidadão pobre gasta durante um ano equivale ao que uma pessoa do grupo mais rico (um por cento da população) gasta em três dias (AZEVEDO; SERIACOPI, 2013, p. 244).

Como é possível observar, a desigualdade social é um ponto importante a ser analisado, porém, a dificuldade econômica pode dificultar ainda mais a resolução desse problema. No entanto, graças à equipe de Ministros da Presidenta Dilma, embora países como Itália e Reino Unido estivessem com grandes dificuldades econômicas, seu governo conseguiu colocar o Brasil na sexta posição entre os países mais ricos do mundo no ano de 2012 (CAMPOS; CLARO, 2013).

É interessante ressaltar que, nesse período, o PIB não teve um desempenho satisfatório, crescendo apenas 2,7% em 2011, e 0,9% em 2012. Porém, esses efeitos foram pouco sentidos devidos à baixa taxa de desemprego, mantendo assim um clima de otimismo (VICENTINO; DORIGO, 2013).

Mas, independentemente disso, a baixa no PIB fez com que o país ficasse em alerta, o que levou a Presidenta, em 2013, a tomar medidas para a recuperação econômica “contando com progressiva queda de juros, diminuição de tributos sobre setores produtivos e incremento nas linhas de financiamento, entre outros” (VICENTINO; DORIGO, 2013, p. 272).

Porém, no início do seu segundo mandato, o país passou a viver uma grande crise econômica, que causou muita preocupação à população, sobretudo devido aos escândalos de corrupção.

Mesmo assim,

O Estado ainda é utilizado como balcão de negócios por setores que se aproveitam de sua posição política para obter vantagens particulares. As denúncias de corrupção são recorrentes em todos os níveis da administração pública brasileira (CAMPOS;

CLARO, 2013, p. 265).

Desse modo, Temer assume o governo com a promessa de acabar com a corrupção e colocar novamente o país nos trilhos do desenvolvimento econômico novamente.

A EDUCAÇÃO NA REPÚBLICA PÓS-DITADURA MILITAR ATÉ O GOVERNO DE DILMA ROUSSEFF

Foi no governo de José Sarney que fora promulgada a Constituição da República Federativa do Brasil, no ano de 1988. A Constituição representava uma forma nova de ver e entender o país e a educação.

Desse modo, foi dedicada a primeira Seção do terceiro capítulo da Constituição à temática da Educação. Essa seção é composta de dez artigos, todos eles voltados aos direitos, deveres e conteúdos mínimos a serem abordados.

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. [...]

Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. [...]

Art. 209. O ensino é livre à iniciativa privada [...]

Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais. [...]

Art. 211. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino. [...]

Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino. [...]

Art. 213. Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei [...]

Art. 214. A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas [...] (BRASIL, 2016a).

Nota-se que muitos artigos têm uma preocupação bem clara com os recursos públicos que devem ser destinados à educação e como deve ser a atuação dos Municípios, Estado e da União. Os artigos também são divididos em parágrafos e incisos. Todos os artigos são importantes, mas o artigo 214 merece uma atenção especial. Ele tem por objetivo estabelecer o Plano Decenal de Educação para Todos. Foi no final do governo Sarney que foi assumido o compromisso através da “Conferência Mundial sobre a Educação para Todos, realizada em

Jomtien, na Tailândia, em 1990, cada país faz seu próprio plano decenal” (BRASIL, 2016b).

Foi dessa forma que o Presidente José Sarney encerrou o seu governo e iniciou o mandato de Fernando Collor de Mello. Nos seus dois anos de mandato, o Presidente Collor implantou o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC). O PNAC tinha como principal finalidade reformular e dar sugestão para a Política voltada à Alfabetização e, com isso, possibilitar o direito à cidadania de forma mais ampla e abrangente, prevendo inclusive recursos para isso (BRASIL, 2016c). Durante os aproximadamente dois anos do governo do Presidente Fernando Collor, a ação de maior repercussão na área da educação foi a criação do PNAC.

No governo de Itamar Franco foi implantado o Plano Decenal de Educação (1993-2003), assumido anteriormente pelo Presidente José Sarney.

O Plano Decenal foi concebido e elaborado para ser um instrumento-guia na luta pela recuperação da educação básica do País. Todavia, a sua efetivação depende de esforço integrado e compartilhado entre todas as esferas e agentes do processo educativo, ou seja, a União, os Estados e Municípios, as escolas, os professores e dirigentes escolares, as famílias e a sociedade civil. Torna-se cada vez mais importante que cada uma dessas instâncias e segmentos assumam compromissos públicos com a melhoria do ensino, fazendo da escola um centro de qualidade e cidadania, com professores e dirigentes devidamente valorizados, ajudando o País a edificar um eficiente sistema público de educação básica (BRASIL, 2016b).

O plano tinha a intenção notória da organização e participação que cada esfera pública deveria ter, para assim, com o envolvimento de todos, ocorrer um processo de ascensão da educação do país.

No governo do Presidente FHC, sucessor do Presidente Itamar Franco, foi aprovada a nova LDBEN, Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. A LDBEN é composta por 90 artigos e possui uma preocupação clara com os princípios e fins da Educação Nacional, conforme mencionado nos artigos 2 e 3, nos quais é possível perceber que a educação deve abranger todos os processos formativos e é dever simultaneamente da família e do Estado (BRASIL, 2016d).

Nos anos de 1997 e 1998, foram consolidados os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) do Ensino Fundamental.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais constituem um referencial de qualidade para a educação no Ensino Fundamental em todo o País. Sua função é orientar e garantir a coerência dos investimentos no sistema educacional, socializando discussões, pesquisas e recomendações, subsidiando a participação de técnicos e professores brasileiros, principalmente daqueles que se encontram mais isolados, com menor contato com a produção pedagógica atual (BRASIL, 1997, p. 13).

Nesse processo, também foi implantado o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (FUNDEF). O FUNDEF foi aprovado em setembro do ano de 1996

através da Emenda Constitucional 14, aprovada pelo Congresso. No entanto, somente em primeiro de janeiro de 1998 foi efetivado. A Emenda possui várias disposições sobre a obrigação dos “Estados, Distrito Federal e municípios a aplicarem, até 2006, pelo menos 60% do percentual constitucional mínimo de 25% (ou seja, 15%) da receita de impostos no ensino fundamental” (DAVIES, 1999, p. 3).

Em 2000, foram lançados os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM). O objetivo era o de difundir os princípios da reforma curricular e orientar o professor, na busca de novas abordagens e metodologias para o seu trabalho (BRASIL, 2016e).

Desse modo, o Presidente FHC encerrou seu governo e quem assumiu seu lugar foi o Presidente Luís Inácio Lula da Silva (Lula). No governo do Presidente Lula, já no ano de 2005, foi criado o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que serviu e ainda serve para indicar a qualidade do Ensino Básico no Brasil.

O IDEB representa uma iniciativa pioneira com o intuito de reunir num só indicador dois conceitos importantes para a qualidade da educação, o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações (EDUCAÇÃO, 2017).

[O IDEB] agrega ao enfoque pedagógico dos resultados das avaliações em larga escala do Inep a possibilidade de resultados sintéticos, facilmente assimiláveis, e que permitem traçar metas de qualidade educacional para os sistemas. O indicador é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e médias de desempenho nas avaliações do Inep, o Saeb – para as unidades da federação e para o país, e a Prova Brasil – para os municípios (EDUCAÇÃO, 2017).

Em seguida, no ano de 2007, o FUNDEF foi substituído pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). O FUNDEB, de modo geral, tinha o objetivo de examinar as medidas regulamentadoras da LDBEN, bem como a criação de mecanismos que visam o financiamento do ensino (SAVIANI, 2011).

Em seguida, no ano de 2008, foi instituído o Programa Currículo em Movimento (PCM), cujo objetivo era a melhoria da qualidade da educação básica através do desenvolvimento do currículo da educação infantil, do ensino fundamental e ensino médio.

O PCM teve basicamente quatro importantes pareceres:

Parecer CEB nº 04/98 - Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental.
Parecer CEB nº 15/98 - Diretrizes Curriculares Nacionais Para o Ensino Médio.
Parecer CEB nº 22/98 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.
Parecer CEB nº 20/2009 - Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (PROGRAMA CURRÍCULO EM MOVIMENTO - LEGISLAÇÃO, 2016).

É importante ressaltar que os pareceres dão as diretrizes curriculares da educação básica em todas as suas esferas (infantil, fundamental e médio) e se tornam suporte para um direcionamento comum no Brasil.

Outra conquista importante na área educacional ainda no ano de 2008 foi a Lei nº 11.738, de 16/7/2008, referente ao Piso Salarial do Profissional Nacional. O objetivo era de que nenhum profissional da educação ganhasse abaixo do mínimo estabelecido pela União (BRASIL, 2016f).

Em 2010, ainda no governo do Presidente Lula, foi implantada a Conferência Nacional de Educação (CONAE), na qual vários especialistas passaram a debater a educação brasileira junto com toda a sociedade. Da CONAE resultou o Fórum Nacional de Educação (FNE), “[...] um espaço de interlocução entre a sociedade civil e o Estado brasileiro, reivindicação histórica da comunidade educacional” (FNE, 2018).

A CONAE discutiu várias questões, como: Os desafios da construção de um Sistema Nacional de Educação; Sistema de educação: subsídios para a Conferência Nacional de Educação e Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação (QUEIROZ; GOMES, 2009). Importantes pensadores brasileiros estiveram presentes, dentre eles Demerval Saviani, Jamil Cury e Carlos Abicalil, além da participação de toda a sociedade.

Em seguida, em 2012, foram criadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, promulgadas através da Resolução CNE/CEB nº. 2, de 30 de janeiro de 2012. O capítulo II, artigo 3º, menciona que “O Ensino Médio é um direito social de cada pessoa, e dever do Estado na sua oferta pública e gratuita a todos” (BRASIL, 2016g). Ainda no mesmo ano, por meio da Portaria n. 867, de 04 de julho de 2012, foi instituído o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC).

Art.1º Fica instituído o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, pelo qual o Ministério da Educação (MEC) e as secretarias estaduais, distrital e municipais de educação reafirmam e ampliam o compromisso previsto no Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007, de alfabetizar as crianças até, no máximo, os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental, aferindo os resultados por exame periódico específico (BRASIL, 2016h).

Ainda no mesmo ano, também foi publicada a Resolução nº 7, de 26 de abril de 2012, do Ministério da Educação, que traz os novos critérios de complementação do Piso Salarial, sendo que parte do FUNDEB passou a ser utilizada para complementar o pagamento integral do piso salarial dos profissionais da educação básica pública (BRASIL, 2016i).

Dessa forma, o Presidente Lula encerrou o seu mandato e se iniciou, no ano de 2013, o governo da primeira mulher, Presidenta do país, Dilma Rousseff. Os fatos mais marcantes do governo da Presidenta Dilma na área educacional iniciam no mesmo ano quando o seu governo fixou as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de nove anos. Trata-se, na realidade, de uma conquista resultante de muitos anos de estudo, especialmente através da aprovação da Lei nº 11.274/2006, que tinha a finalidade de incluir o maior número de crianças brasileiras no sistema educacional, especialmente as dos setores mais populares (BEUCHAMP; PAGEL; NASCIMENTO, 2007).

Ainda no ano de 2013, foi também instituída, por meio da Portaria n° 1.140, de 22 de novembro de 2013, o Pacto Nacional de Fortalecimento do Ensino Médio (PNFEM). Esse pacto:

[...] representa a articulação e a coordenação de ações e estratégias entre a União e os governos estaduais e distrital na formulação e implantação de políticas para elevar o padrão de qualidade do Ensino Médio brasileiro, em suas diferentes modalidades, orientado pela perspectiva de inclusão de todos que a ele têm direito (O PACTO, 2016).

É importante observar que, em todos os momentos vistos até aqui, se fez necessária a ciência da importância da ação coletiva da União com os demais governos. É necessário unir-se e dividir funções e responsabilidades para juntos terem uma possibilidade maior de sucesso.

Outra medida importante tomada foi, no ano de 2014, quando se criou a Lei n° 13.005, de 25 de junho, que regulamentou o Plano Nacional de Educação⁶ (PNE), cuja vigência é de dez anos e foi elaborado com grande participação popular de todos os setores (BRASIL, 2016j).

O PNE tem 20⁷ metas:

Meta 1: universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE.

Meta 2: universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE.

Meta 3: universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).

Meta 4: universalizar, para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

Meta 5: alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.

Meta 6: oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos(as) alunos(as) da educação básica.

Meta 7: fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes

⁶ O Plano Nacional de Educação (PNE) determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional dos próximos dez anos. O primeiro grupo são metas estruturantes para a garantia do direito à educação básica com qualidade, e que assim promovam a garantia do acesso, à universalização do ensino obrigatório, e à ampliação das oportunidades educacionais. Um segundo grupo de metas diz respeito especificamente à redução das desigualdades e à valorização da diversidade, caminhos imprescindíveis para a equidade. O terceiro bloco de metas trata da valorização dos profissionais da educação, considerada estratégica para que as metas anteriores sejam atingidas, e o quarto grupo de metas refere-se ao ensino superior (PNE EM MOVIMENTO, 2017).

⁷ Embora algumas metas tinham como objetivo serem alcançadas até o ano de 2016, acabou-se optando por não as comentar. No entanto, fica a deixa para um futuro estudo mais detalhado sobre as mesmas.

médias nacionais para o Ideb: 6,0 nos anos iniciais do ensino fundamental; 5,5 nos anos finais do ensino fundamental; 5,2 no ensino médio.

Meta 8: Elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, de modo a alcançar no mínimo 12 anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Meta 9: elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

Meta 10: oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.

Meta 11: triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.

Meta 12: elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.

Meta 13: elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.

Meta 14: elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores.

Meta 15: garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

Meta 16: formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos(as) os(as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

Meta 17: valorizar os (as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica, de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE.

Meta 18: assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de carreira para os(as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de carreira dos(as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.

Meta 19: assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

Meta 20: ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto (PIB) do País no

5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio (BRASIL, 2016j).

Dessa forma, vale ressaltar que essas metas têm a finalidade de trazer equidade a toda população, por isso, são necessárias políticas públicas que envolvam todos os entes federativos. Ainda no ano de 2014, foi realizada a segunda CONAE, organizada pelo FNE.

O Documento-Final resultou desse novo passo, fruto de um rico processo de construção coletiva, desencadeado pela decisão política de submeter ao debate social as ideias e proposições em torno do Plano Nacional de Educação na articulação do Sistema Nacional de Educação, que assegure a cooperação entre os entes federados e a colaboração entre sistemas de ensino com ampla participação dos setores da sociedade civil (CONAE, 2016).

Dessa Conferência foi obtido um documento com propostas e reflexões para a educação brasileira, o que possibilitou um processo de mobilização para a Base Nacional Comum Curricular (BNC), sendo lançado no dia 30 de julho de 2015, o Portal da Base Nacional Comum Curricular, onde a sociedade tinha a possibilidade de participar e atuar efetivamente na construção da mesma. O portal tem por objetivo a elaboração da BNC com a participação de toda a sociedade no processo, que já contava com 12.226.510 contribuições em 2016 (BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR, 2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante o exposto, é possível observar, de modo geral, que a educação, aos poucos, foi adquirindo conotações diversas, passando a ser pensada, pela primeira vez, como algo importante para a sociedade.

Com isso, a educação passou a ser pensada não apenas como uma política de governo, embora de forma muito tímida, ainda, mas sim de nação. Isso se tornou claro no governo do Presidente Itamar Franco, quando foi implantado o Plano Decenal de Educação.

No governo do Presidente FHC, com a LDBEN, a consolidação dos PCN, o FUNDEF e o PCNEM, essa tendência continuou. No governo do Presidente Lula, a educação passou a ganhar outra dimensão importante, além de ser pensada com uma visão mais ampla, voltada para a nação e não para um governo apenas, também passou a ter participação da sociedade.

Ainda no governo do Presidente Lula, houve a criação do IDEB, o FUNDEB, o Programa Currículo em Movimento, o Piso Salarial do Profissional Nacional, a CONAE, o FNE, e a discussão de um Sistema Nacional de Educação e as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, esses três últimos com participação de toda a sociedade.

Já no governo da Presidenta Dilma Rousseff, foram fixadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de nove anos, o PNFEM, o PNE e, por fim, a BNC, sendo

esses dois últimos também com participação da sociedade.

Interessante ressaltar que muitas dessas medidas tiveram consulta popular e foram atendidos alguns anseios vindo da sociedade, sobretudo por meio da CONAE, do PNE e da BN.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA SENADO. **Impeachment**: da admissibilidade ao julgamento. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/08/26/impeachment-da-admissibilidade-ao-julgamento>>. Acesso em: 04 mai. 2016.

AZEVEDO, Gislane; SERIACOPI, Reinaldo. **História em Movimento**: do século XIX aos dias de hoje. 3 vol. 2. ed. São Paulo: Ática, 2013.

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=935&id=13449&option=com_content&view=article>. Acesso em: 13 jul. 2016.

BBC. **Brasil**. Entenda a polêmica por trás das 'pedaladas fiscais'. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/06/150525_pedaladas_fiscais_ru>. Acesso em: 05 ago. 2016.

BEUCHAMP, Jeanete; PAGEL, Sandra Denise; NASCIMENTO, Aricélia Ribeiro do (organizadores). **Ensino fundamental de nove anos**: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Básica, 2007.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 30 mai. 2016a.

BRASIL. **Plano decenal de educação para todos**. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002599.pdf>>. Acesso em: 02 jun. 2016b.

BRASIL. **Decreto nº 99.519, de 11 de setembro de 1990**. Institui a Comissão do Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99519.htm>. Acesso em: 04 jul. 2016c.

BRASIL. **Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 07 jun. 2016d.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais (Ensino Médio) 2000**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf>>. Acesso em: 09 jun. 2016e.

BRASIL. **Lei nº 11.738, de 16/07/2008**. Regulamenta a alínea “e” do inciso III do caput do art.

60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11738.htm>. Acesso em: 14 jun. 2016f.

BRASIL. **Conselho Nacional de Educação**. Resolução nº 2, de 30 de janeiro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9864-rceb002-12&category_slug=janeiro-2012-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 15 jun. 2016g.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Portaria nº 867, de 04 de julho de 2012. Disponível em: <http://www.ilape.edu.br/artigos/doc_download/375-portaria-867-2012-institui-o-pacto-nacional-pela-alfabetizacao-na-idade-certa>. Acesso em: 24 jun. 2016h.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/FNDE. Resolução nº 7, de 26 de abril de 2012. Fixa a parcela da complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, prevista no caput do art. 7º da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/fnde/legislacao/resolucoes/item/3993-resolu%C3%A7%C3%A3o-mec-n%C2%BA-7,-de-26-de-abril-de-2012>>. Acesso em: 25 jun. 2016i.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>. Acesso em: 05 jul. 2016j.

BRASIL. **Secretaria de Educação Fundamental**. Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CAMPOS, Flávio de; CLARO, Regina. **Oficina de História**. 3 vol. São Paulo: Leya, 2013.

CONAE. **Conferência Nacional de Educação**. Disponível em: <<http://fne.mec.gov.br/images/doc/DocumentoFina240415.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

COSTA, Luís César Amad; MELLO, Leonel Itaussu A. **História do Brasil**. São Paulo: Scipione, 1999.

DAVIES, Nicholas. **O FUNDEF e o orçamento da educação**: desvendando a caixa preta. Campinas: Autores Associados, 1999.

EDUCAÇÃO. **Secretaria de Estado da Educação**. Disponível em: <<http://www.educacao.al.gov.br/indicadores/ideb/o-que-e-ideb>>. Acesso em: 09 mar. 2017.

ELEIÇÕES. **Eleições 2014**. Disponível em: <<http://www.eleicoes2014.com.br/candidatos-presidente/>>. Acesso em: 05 ago. 2016.

FNE. **Fórum Nacional de Educação**. Disponível em: <<http://fne.mec.gov.br/component/tags/tag/2-conae>>. Acesso dia: 16 abr. 2018.

GALLI, Ana Paula. **Entenda o escândalo do mensalão**. Disponível em:

<<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDG78680-6009,00-ENTENDA+O+ESCANDALOB+DO+MENSALAO.html>>. Acesso em: 04 jun. 2017.

MORAES, José Geraldo Vinci de. **História: Geral e Brasil**. São Paulo: Atual, 2003.

MPF. **Combate à Corrupção**. Disponível em: <http://lavajato.mpf.mp.br/entenda-o-caso>. Acesso em: 05 set. 2016.

O PACTO. **Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio**. Disponível em:

<http://pactoensinomedio.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5>. Acesso em: 12 jun. 2016.

PAC. **Ministério do Planejamento**. Disponível em: <<http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac>>. Acesso em: 04 set. 2016.

PEDRO, Antônio; LIMA, Lizânias de Souza; CARVALHO, Yone de. **História do Mundo Ocidental**. São Paulo: FTD, 2005.

PNE EM MOVIMENTO. **O Plano Nacional de Educação (2014/2024) em Movimento**. Disponível em: <<http://pne.mec.gov.br/>>. Acesso em: 22 fev. 2017.

PROGRAMA CURRÍCULO EM MOVIMENTO – LEGISLAÇÃO. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=935&id=13449&option=com_content&view=article>. Acesso em: 10 jun. 2016.

QUEIROZ, Arlindo Cavalcanti de; GOMES, Lêda (organizadores). **Conferência Nacional de Educação (Conae), 2010: Reflexões sobre o Sistema Nacional Articulado de Educação e o Plano Nacional de Educação**. Brasília: Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2009.

SAVIANI, Demerval. **Da nova LDB ao FUNDEB: por uma política educacional**. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2011.

SERIACOPI, Gislaíne Campos de Azevedo; SERIACOPI, Reinaldo. **História**. São Paulo: Ática, 2005.

SIGNIFICADOS. **O que é Impeachment**. Disponível em:

<<https://www.significados.com.br/impeachment/>>. Acesso em: 17 abr. 2018.

VICENTINO, Cláudio; DORIGO, GianPaolo. **História Geral e do Brasil**. 3 vol. 2. ed. São Paulo: Scipione, 2013.